

Carta a Lula requer política ecológica, democrática, sem nuclear e sem gás de xisto

Carta aberta ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, intitulada “Por uma política energética DEMOCRÁTICA, ecológica, sem energia nuclear e sem gás de xisto”, recebeu assinaturas de mais de 170 entidades, movimentos sociais e populares, de cidadãos e cidadãs, principalmente especialistas de instituições de pesquisa de vários estados brasileiros.

As entidades que articulam a luta antinuclear no Brasil não tiveram dificuldades para conseguir esta significativa, representativa e plural adesão ao documento dirigido ao presidente Lula. Afinal, cresce a preocupação entre os setores progressistas com a anunciada intenção do governo federal de impulsionar a indústria nuclear - sem nenhuma consulta pública à sociedade - e aprofundar parcerias em negócios atômicos com a Argentina. Estão apreensivos também com eventual destinação de recursos do BNDES para viabilizar a exploração do gás de xisto naquele país, proibida em várias nações e que já afeta comunidades indígenas argentinas.

Os signatários (as) da Carta defendem uma transição energética justa, popular e inclusiva, priorizando a geração de energia elétrica que não viole os direitos dos povos e da natureza; que promova a redução do uso dos combustíveis fósseis, a expansão das fontes renováveis e o banimento da energia nuclear de nossa matriz energética.

No documento reivindicam o diálogo aberto com a sociedade, a defesa da Democracia, da Justiça Ambiental e da Paz; que não se assumam acordos nucleares neste momento nem se invista recursos do BNDES em tecnologias perigosas e reafirmam a confiança de que a “séria fiscal, política e social” será realmente a marca do atual governo brasileiro.

Abaixo transcrevemos a Carta Aberta ao presidente Lula.

**Por uma política energética DEMOCRÁTICA, ecológica,
sem energia nuclear e sem gás de folhelho (“xisto”)**

CARTA ABERTA AO PRESIDENTE LULA

Sr. Presidente*,

Notícias relacionadas à energia e tecnologia nuclear, procedentes da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Argentina (22 a 24/01/2023), surpreenderam e preocupam muito as organizações, movimentos sociais e populares, cientistas, cidadãos e cidadãs, abaixo-assinados, pelos impactos negativos que as tratativas aventadas trarão com o agravamento da degradação socioambiental e dos conflitos com populações originárias. A anunciada agenda nuclear de integração Brasil/Argentina obteve péssima repercussão em redes sociais dos dois países.

Na área do combustível fóssil, o presidente Lula afirmou a disposição de financiar, via BNDES, o gasoduto Nestor Kirchner, para transportar gás de folhelho (também conhecido como gás de xisto) a partir da Patagônia, onde há registros de confrontos com a comunidade indígena Mapuche. O gasoduto chegará a Buenos Aires, podendo até alcançar o Brasil. A sociedade brasileira reagiu de imediato enviando uma carta ao Presidente Lula com assinatura de dezenas de especialistas numa ação do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (PROAM). Nela destacam contar com “a visão progressista do BNDES para conduzir iniciativas que sejam condizentes com a implementação de um modelo de Desenvolvimento Sustentável, que deve se dar especialmente por meio de uma ação inter e transdisciplinar do Governo, como defende a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva.”

A exploração desse gás é reconhecida mundialmente pelo alto perigo e fortes impactos socioambientais, como a contaminação dos aquíferos. É uma técnica proibida em países progressistas e em vários Estados do Brasil. Foi debatida no Congresso Nacional, há cerca de 8 anos, mas não se obteve uma decisão definitiva. A ministra Marina Silva declarou que “o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima não tem conhecimento sobre o projeto e da intenção do BNDES em financiá-lo. Trata-se de um empreendimento complexo que envolve riscos socioambientais significativos a serem devidamente considerados”. <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/marina-diz-n%C3%A3o-saber-de-gasoduto-pago-pelo-brasil-na-argentina/ar-AA16FvwU>

O presidente Lula e o presidente Alberto Fernández relançaram um acordo, com um capítulo referente à energia e tecnologia nuclear, afirmando que “consolidaremos nossa posição como provedores de tecnologia nuclear com fins pacíficos”. <https://www.ambito.com/economia/nuclear/agenda-integracion-brasil-cinco-centrales-y->

[una-inversion-us1000-millones-n5635276](https://www.ipen.br/portal_por/portal/interna.php?secao_id=40&campo=18671). Também em Buenos Aires, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação Luciana Santos anunciou parceria com a Argentina para a construção do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), destinado à produção de radioisótopos para uso na medicina e para apoiar pesquisas científicas na área nuclear. https://www.ipen.br/portal_por/portal/interna.php?secao_id=40&campo=18671.

Como é de conhecimento público, o programa nuclear brasileiro, imposto pela Ditadura Militar, sempre foi ligado a um programa militar paralelo, para o qual a construção de centrais nucleares e o desenvolvimento do ciclo de combustível atômico serviam de disfarce e ao mesmo tempo para a produção de combustível nuclear. O pacto de cooperação nuclear com a República Federal Alemã, em 1975, tinha como objetivo justamente permitir ao Brasil adquirir a tecnologia de enriquecimento do urânio, necessário para fornecer matéria-prima adequada à fabricação de bombas atômicas. Felizmente, esse acordo não vingou.

A inclusão na Constituição de 1988 de artigo que restringe o uso de tecnologias nucleares a fins pacíficos, bem como o fechamento do Túnel do Cachimbo, no governo Collor, não foram suficientes para encerrar o investimento público na atividade atômica. Isto porque setores das FFAA, em especial a Marinha, agora fortalecidos por empresas e lobistas nucleares, continuaram e seguem pressionando os sucessivos governos federais a investir nessa tecnologia de geração de energia suja, cara e perigosa. Tanto foi assim, que depois de um longo e prolongado descanso, o programa nuclear brasileiro foi retomado em 2007, sem que maiores justificativas públicas fossem dadas.

A adoção da energia atômica em nosso país nunca foi objeto de discussão e muito menos de consulta, não fazendo parte dos programas dos sucessivos candidatos à Presidência da República, que, no entanto, seguiram implementando seu uso. Os perigos e inconvenientes dessa tecnologia são, portanto, pouco conhecidos da opinião pública, o que explica ela continuar a ser incrementada até hoje.

A sua eleição, Presidente Lula, em novembro de 2022, resultou de um enorme esforço de grande parte da sociedade brasileira para afastar a ameaça de que nosso país mergulhasse definitivamente em um regime de exceção, como prometia, e ansiava, o pior governo e presidente que a História brasileira conheceu. Em torno da candidatura Lula, reuniram-se forças de várias origens, cidadãos e cidadãs que acreditam que a

Democracia, apesar de suas imperfeições, é o único sistema que permite a uma sociedade buscar seus rumos futuros de forma coletiva, pacífica e eficiente. Só a Democracia nos conduz a decisões mais inteligentes e mais consensuais. Por isto mesmo, aqui invocamos seus compromissos de campanha feitos com a cidadania brasileira - em especial no que se refere à restauração e democratização da política ambiental, climática e energética - quando assumiu, com ênfase, a prioridade no enfrentamento da crise ecológica e a defesa da sustentabilidade ambiental e das energias renováveis.

A energia nuclear nunca deixou de ser assunto polêmico. Dividiu sociedades, cientistas e governos desde a sua adoção após a II Guerra Mundial e, mais ainda, depois das catástrofes de Chernobyl e Fukushima. Assim, muitos países, como a Alemanha decidiram encerrar seus programas atômicos. Como se não bastassem todos os problemas ambientais e de insegurança em radioproteção, a fonte nuclear é muito cara e pouco eficiente, não fazendo sentido cogitá-la em um momento em que boa parte da população brasileira carece de alimentação adequada, saúde, educação, emprego e moradia.

Acreditando que seu empenho e responsabilidade com a defesa da Democracia, da Justiça Ambiental e da Paz são pra valer - que governará com “seriedade fiscal, política e social” - reivindicamos que não assuma compromissos neste momento e não invista recursos do BNDES em tecnologias perigosas e quando tencione fazê-lo, que sua decisão seja antecedida por um amplo debate com a sociedade brasileira, já que é ela, em último caso, quem arcará com os seus custos e com as suas consequências negativas.

Quando e se esse momento chegar, estaremos inteiramente disponíveis para debater e expor os nossos argumentos.

Respeitosamente,

Brasil, fevereiro de 2023

ENTIDADES

Articulação Antinuclear Brasileira

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME

Articulação Sertão Antinuclear

Arandu Laboratório de Estudos em Etnologia, Educação e Sociobiodiversidade/UFSC

Associação Civil Alternativa Terrazul

Associação Brasileira de Antropologia

Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto - ABREA

Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro

Associação Indígena em contexto urbano karaxuwanassu (Assicuka)

Associação Nacional dos Trabalhadores e Vítimas da Produção de Energia Nuclear - ANTPEN

Associação Nacional de Ação Indigenista – ANAI

Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá - Apalma

Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - Apremavi (SC)

Associação Raízes do Semiárido

ActionAid

Blog Combate Racismo Ambiental

Cátedra UNESCO/Unicap de Direitos Humanos Dom Helder Camara

Canoa de Tolda - Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco (Brejo Grande, Sergipe)

CEAP – Comunicação e Educação para a Autonomia

Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF)

Centro Palmares de Estudos e Assessoria por Direitos

Centro de Prevenção às Dependências - CPD (Recife /PE)

CERSA - Comitê de Energia Renovável do Semiárido (PA)

CIMI/NE

Coalizão por um Brasil Livre de Usinas Nucleares

Coletivo virtual Arqueiras pela Democracia

Coletivo Indígena Mura de Porto Velho (Rondonia)

Comissão de juventude indígena de Pernambuco - COJIPE

Comitê Povos e Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da

Comitê de Defesa da vida amazônica na bacia do rio Madeira (Rondonia)

Comitê Popular de Luta Casa Forte - CPLCF

Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP

Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP (BA/SE)

COMPOP - Conselho de Comunicação e Políticas Públicas da Região Metropolitana de Salvador

CONIC - O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

CRIOLA

Escola Livre de Redução de Danos

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FOJUPE - Fórum de Juventude de Pernambuco

Forum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente - FBOMS

Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

Fórum Permanente de Itapuã (BA)

GEEMA - Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente do Rio de Janeiro

GERMEN-Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental (BA)

Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá

Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão

Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI) - DAN/UnB

Grupo Ambiental Natureza Bela (BA)

Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares - GEPT/UPE

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - GESTA/UFMG

Grupo de Pesquisa: Etnologia, Tradição, Ambiente e Pesca Artesanal-ETAPA/UFRN

Grupo de Pesquisa Historicidade do Estado, Direito e Direitos Humanos/UFBA

Grupo Curumim (PE)

Instituto Augusto Carneiro (Porto Alegre/RS)

Instituto Búzios (BA)

Instituto 5 Elementos - Educação para a Sustentabilidade (SP)

Instituto de Desenvolvimento Social do Brasil - IDS (BA)

Instituto Dom Alberto Guimarães Rezende (Caetité-BA)

Instituto Ecológica (TO)

Instituto de Energia e Meio Ambiente - IEMA (SP)

Instituto Floresta Viva (BA)

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB (DF)

Instituto Korango de Formação e Pesquisa Ambiental (BA)

Instituto Madeira Vivo (Rondonia)

Instituto Nossa Ilhéus (BA)

Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ (SP)

Instituto Physis - Cultura & Ambiente (ES)

Instituto de Referência Negra Peregum

Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA

Instituto Terramar (CE)

International Rivers Brasil

Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Justiça Global

Laboratório de estudos sobre Ação Coletiva e Cultura – LACC/UPE

Laboratório de Antropologia, Política e Comunicação – LAPA, da UFPB

Movimento Baia Viva (RJ)

Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça, Cidadania

Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP

Núcleo Caetité do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (Caetité-BA)

**Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde -
NEEPES/ENSP/FIOCRUZ (RJ)**

Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia, vinculado à Universidade do Estado do Amazonas e Universidade Federal do Amazonas

Núcleo de Diversidades e Identidades Sociais - NDIS/UPE

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade (NEPE) PPGA/UFPE

**Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA, da Universidade
Estadual de Montes Claros (MG)**

Observatório do Clima

Organização de juventude indígena Pankará – OJIPA (PE)

ONG Floresta Viva, Rio Branco (AC)

Plataforma Dhesca Brasil

PROAM - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental

**Programa de Extensão Acesso ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos –
ASIDH/UFPE**

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (REMSFC)

Projeto Hospitais Saudáveis- PHS (SP)

Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Rede GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

Rede Ingá

Rede de Monitoramento de Direitos Indígenas de Pernambuco (REMDIPE)

Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA)

Sociedade Angrense de Proteção Ecológica - Sapê

350.ORG (SP)

Toxisphera Associação de Saúde Ambiental

PESSOAS

Álvaro De Angelis

Filósofo, educador ambiental e coordenador do movimento SOS Chapada dos Veadeiros (Alto Paraíso, GO)

Aline Trigueiro

Profa. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo)

Antônio José Romera Valverde

Professor de PPG Filosofia da PUC-SP

Andrea Zhouri

Professora titular da UFMG

Arnor Sganzerla

Professor do PPGB da PUCPR

Caio Floriano dos Santos

Pesquisador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil

Cláudia d'Arêde

Antropóloga, pesquisadora da Fiocruz (BA)

Célio Bermann

Professor Associado 3 no Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, coordenador do Grupo de Pesquisa em Governança Energética, certificado pelo CNPq

Chico Whitaker

Prêmio Nobel Alternativo (Right Livelihood Award) de 2006, Consultor da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB, cofundador do Fórum Social Mundial

Cleonildo José dos Santos

Quilombola dos Negros de Gilu de Itacuruba (PE)

Cristina Cândido

Professora da UNIFESP

Deborah Bronz

Professora do Departamento e da Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense

Dulce Maria Tourinho Baptista

Professora da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP

Eloá Kátia Coelho

Cientista Social PUC/RS, especialista em EA/USP e aperfeiçoamento Ambiental/UNIFESP

Evani Campos de Oliveira Silva

Cacica do povo tuxá Campos Município de Itacuruba (PE)

Evelyn Levy

Consultora em Gestão Pública

Fernanda Giannasi

Engenheira, Auditora-Fiscal do Trabalho, fundadora da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA) e da Associação Nacional dos Trabalhadores e Vítimas da Produção de Energia Nuclear (ANTPEN)

Flávio José Moreira Gonçalves

Professor da UFC e do Mestrado de Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará

Francisca de Souza Miller

Professora coordenadora do Grupo de Pesquisa Etnologia, Tradição, Ambiente e Pesca Artesanal-Etapa/UFRN

Heitor Scalabrini

Doutor em energética (França), professor aposentado Universidade Federal de Pernambuco, fundador da Articulação Antinuclear Brasileira

Helder Buenos Aires de Carvalho

Professor do PPGFIL/UFPI

Henri Acselrad

Professor Titular aposentado do IPPUR/UFRJ

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão

Ivo Polleto

Cientista social e educador popular, membro do Grupo Executivo do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS)

Jacqueline Low-Beer

Arquiteta em Urbanismo e Meio Ambiente

Jean Marc von der Weid

Agroecólogo

Jelson Roberto de Oliveira
Professor do PPGF/ PUCPR

João Baptista Farias Junior
Professor do IFPL

Joelma do Couto
Jornalista, membro da Articulação Antinuclear Brasileira

Jonicael Cedraz de Oliveira
Professor Aposentado da UFBA, ativista político

José Corrêa Leite Jr
Professor da Faculdade de Comunicação da Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP

José da Cunha Júnior
Licenciado em Geografia/UFCE, mestre em Educação, Culturas e Identidades UFRPE/Fundaj

José Rafael Ribeiro
Servidor público (Angra dos Reis -RJ)

Júlio César Nóbrega Gadelha
Pesquisador do Comitê de Energia Renovável do Semiárido-CERSA e membro do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental e da Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil

Lia Giraldo da Silva Augusto
Dra. em Ciências Médicas pela Universidade Estadual de Campinas, docente no Programa de Pós Graduação em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães (PE) e membro da coordenação do GT/Saúde e Ambiente da Abrasco

Lilian Simone Godoy Fonseca
Professora da UFVJM

Lucia Helena V Rangel
Professora do Curso de Ciências Socioambientais da PUC-SP

Lúcia Xavier
Coordenadora Geral da Criola

Luiz Roberto Santos Moraes
PhD Professor Titular em Saneamento (aposentado) e Professor Emérito da UFBA

Luiz Marques
Professor colaborador do Depto. de História/IFCH, Unicamp e Professor Sênior da Escola Ilum de Ciência do CNPEM

Marcelo Firpo Porto

Coordenador do Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde e pesquisador do CESTE/ENSP/FIOCRUZ (RJ)

Marcelo Perini

Professor Associado da PUC-SP, Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia

Mariana Belmont

Instituto de Referência Negra Peregum

Maria da Conceição Golobovante

Professora do Departamento de Comunicação da PUC-SP

Maria Luisa de Castro Almeida

Enfermeira do SUS, SESAB da Bahia/Área Técnica de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde

Maria Sandriane Francisca Lourenço

Professora, liderança indígena Pankará Serrote dos Campos (PE), coordenadora da OJIPA, e do FOJUPE, articuladora da COJIPE e, delegada ao Parlamento Mundial das Juventudes

Marijane Lisboa

Dra. em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, conselheira da CTNBio de 2012 a 2015, fundadora da Articulação Antinuclear Brasileira e membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Mariza Martins Furquim Werneck

Professora do Curso de Ciências Socioambientais da PUC-SP

Norma Valencio

Vice-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais-NEPED do Departamento de Ciências Ambientais/DCam da Federal de São Carlos/UFSCar (São Carlos/SP)

Núbia Maria de Melo e Silva

Consultora na área de saúde, direitos e justiça reprodutiva

Oded Grajew

Presidente emérito do Instituto Ethos

Ordep Serra

Antropólogo, escritor (BA)

Paulo Brack

Professor Titular do Departamento de Botânica da UFRGS e coordenador da Rede Ingá

Paulo Sérgio Guimarães Pinto

PUCPR

Pe. Dário Bossi

Missionário comboniano, assessor da REPAM e da Comissão de Ecologia Integral e Mineração da CNBB

Rafaela Lopes de Sousa

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará e pesquisadora do Núcleo TRAMAS e do NATERRA (Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território).

Raquel Rigotto

Profa. Titular da Faculdade de Medicina da UFC, Coordenadora do Núcleo Tramas, Pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Saúde Pública da UFC

Renato Athias

Professor Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE

Roberta Graf

Doutora em Política Ambiental, servidora concursada do ICMBio (Rio Branco, AC)

Roberto Franzini Tibaldeo

Professor do PPGF da PUCPR

Ronaldo Freitas Oliveira

Analista Ambiental Federal, membro do Instituto Búzios, Elo da Teia dos Povos/BA

Rumi Regina Kubo

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS

Salette Sirlei Valesan Camba

Educadora, Diretora da Sede Acadêmica da Flacso/Brasil

Sílvio Luiz Sant'Anna

Antropólogo e pesquisador das Devoções Populares

Sylvia de Souza Chada

Servidora pública (Angra dos Reis-RJ)

Sônia Magalhães

Professora da Universidade Federal do Pará

Stephen Grant Baines

Prof. Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

Tania Pacheco

Graduada em jornalismo pela PUC-RJ, Dra. em história pela UFF coordenadora do Blog Combate Racismo Ambiental

Vânia Fialho

Antropóloga e professora aposentada da Universidade de Pernambuco

Verena Couto Ferraz de Oliveira

Funcionária aposentada da Secretaria de Administração do Estado da Bahia

Viviane Cristina Cândido

Professora da UNIFESP

Whodson Silva

Administrador e antropólogo, integrante do LACC/UPE

Winifred Knox

Profa. do Instituto de Políticas Públicas da (UFRN)

Zilda Cosme Ferreira

Jornalista e ambientalista (RJ)

Zoraide Vilasboas

Jornalista, militante socioambiental (BA)

**C/C para as ministras do Meio Ambiente, da Ciência, Tecnologia e Inovação, dos Povos Indígenas; ministros das Relações Exteriores do Brasil, das Minas e Energia, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ministros do Supremo Tribunal Federal, do TCU e procuradores da PGR.*